

As Justiceiras de Capivari: Dinamismo popular e cidadania em uma periferia fluminense

Linderval Augusto Monteiro¹
Doutor em História Social - UFRJ
lindervalmonteiro@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho propõe-se a explicitar as maneiras como surgiu, desenvolveu-se e foi interrompida através do assassinato a liderança comunitária de Ildacilde do Prado Lameu, que atuou ao longo das últimas três décadas no bairro de Capivari, periferia do município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ildacilde, ou simplesmente Dona Ilda, destacou-se dos demais líderes comunitários regionais principalmente por ser mulher, pelos seus métodos exóticos de chamar a atenção para os problemas dos cidadãos-sós de seu bairro, pela criação e liderança de um grupo de mulheres (Justiceiras de Capivari), pela sua recusa a comunicar-se politicamente através dos meios tradicionalmente disponíveis e sobretudo pela sua radical e intransigente defesa dos direitos “das pessoas inocentes”.

Palavras chave: liderança comunitária, direitos civis, urbanização incompleta, ausência pública, ocupação proletária, violência urbana

¹ Este texto inspira-se em um dos capítulos de minha tese de doutoramento (*Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*) defendida em março de 2007 sob a orientação da professora doutora Marieta de Moraes Ferreira e sob o financiamento da CAPES.

Falar em cidadania tornou-se nos últimos tempos uma espécie de moda acadêmica no Brasil, talvez por isso tenha passado a dispensar apresentações o conceito cidadania, significando algo sólido, assemelhado a um bem a ser desfrutado, ainda mais porque é bastante raro vincular-se a luta por direitos a algo que não seja consciente, racional até, e como qualquer bem, deve ser alcançado, conquistado ou doado. Assistir à luta pelo alcance deste bem tem sido mais viável através do acompanhamento de grandes conjuntos sociais (o conjunto dos brasileiros, os trabalhadores, as mulheres) ou de pequenos, porém engajados grupos (os negros, os homossexuais, etc.), quase sempre representados pelas organizações não governamentais, expressão clara da nossa época que José Murilo de Carvalho classifica como aquela em que ocorre a “expansão final” dos direitos políticos e civis², mas quando deparamo-nos com um grupo aparentemente desorganizado, absolutamente não “incluído” e quase completamente ignorante de seus direitos e por isso também desconhecedor do que chamamos formalmente cidadania? Ora, o problema estaria resolvido se esse grupo não se movesse politicamente, ou seja, se ele não mudasse as situações desvantajosas componentes do seu cotidiano. Ocorre que diferentemente disto, o grupo do qual aqui me ocupo foi o responsável pela alteração total de várias situações desvantajosas ante as quais o Estado não se colocou presente de forma efetiva, interferindo esporadicamente e em momentos emergenciais somente.

O relato a seguir visa, portanto, dar voz a um grupo incomum, absolutamente informal, invisível, e corresponde a uma tentativa de verificação da ordem existente no caos, partindo do princípio de que apesar de sobreviver nas sombras, grupos subalternos socialmente também desenvolvem estratégias próprias de luta para o alcance do que a opinião geral chama de cidadania e que os habitantes das periferias sociais preferem entender que é sobrevivência.

O Capivari

Capivari é o nome de um bairro periférico pertencente ao quarto distrito de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os seus quase dez quilômetros quadrados o transformam em bastante diverso da grande maioria dos bairros populares caxienses, uma vez que na Baixada Fluminense um bairro geralmente não é tão amplo. Muito provavelmente o grande tamanho deste local tenha sido o primeiro responsável pela

² Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005. p. 199 et. seq.

sua divisão em áreas distintas que auxiliam os moradores a se localizarem na extensa e escassamente povoada área.³

É difícil para alguém que pela primeira vez visita o bairro de Capivari não se espantar com as suas condições ímpares: o visitante de primeira viagem provavelmente penetrará no bairro a partir de sua entrada principal localizada no entroncamento de duas importantes rodovias que ligam o município do Rio de Janeiro aos principais municípios da região serrana do estado (rodovia Washington Luiz e rodovia Rio-Teresópolis). De início ninguém percebe grandes diferenças entre a entrada do bairro e as margens das rodovias: logo na entrada existem casas de proletários e fábricas margeando avenidas e ruas pavimentadas e com um médio tráfego de automóveis, ônibus, carroças e caminhões. Esta dinâmica urbana mingua abruptamente após alguns metros de distância das rodovias. Cerca de um quilômetro após o acesso principal do bairro, o casario contínuo desaparece, restando então poucas fábricas, algumas residências transformadas parcialmente em pontos de venda de bebidas alcoólicas, casas humildes e dispersas, ruas de terra batida esburacadas e em alguns lugares ocupadas pelo mesmo tipo de vegetação que enche os inúmeros lotes baldios que sem dúvida constituem a parte mais freqüente da paisagem deste bairro visualmente perturbador.

Ao longo da estrada principal que corta o Capivari a monotonia se mantém. Muita vegetação inútil comprova que a maior parte do bairro não é demograficamente bem ocupado e que os lotes vazios preenchem quase a totalidade dos quarteirões inundados constantemente por água empossada pelas chuvas ou pelos diversos cursos d'água assoreados em alguns pontos.⁴ Manchas de povoamento existem em poucas áreas mais altas, no geral, entretanto persiste a pequena quantidade de gente que se espreme em faixas curtas do bairro que recebem nomes diferenciados. Assim, nomes como Figueira, Vila Mirim, Morro Grande, Ponte Preta, etc., compõem o que alguns moradores chamam de “núcleo Capivari”, termo criado para confirmar não ser tudo ali igual e que é possível pensar em uma espécie de sub-bairros que juntos constituem a grande região do Capivari:

Isto aqui é muito grande... grande demais e o pessoal de fora que conhece aqui... o que pouco que conhece aqui, pensa que é tudo a mesma coisa, só que não é não... não é a mesma coisa não. Aqui é muito grande e essa parte... esta parte daqui mais perto aqui da igreja é mais velha e mais igual roça. Agora fora daqui tem muita terra até Xerém [bairro de Duque de Caxias pertencente ao 4º distrito e vizinho do município de Petrópolis] e até a estrada pra Petrópolis [Ro-

³ Em média existem entre 300 e 500 habitantes por quilômetro quadrado em Capivari. Isto faz com que a população do bairro varie entre 3000 e 5000 habitantes. Estes números, muito imprecisos, foram obtidos junto à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

⁴ O bairro de Capivari localiza-se em alguns pontos abaixo em outros ou ao mesmo nível do mar. Diversos rios e riachos cortam o lugar o que faz com que principalmente em época de chuvas o local seja invadido pelas águas que transbordam destes cursos d'água antes de atingirem os maiores rios da região ou a Baía de Guanabara, dez quilômetros distante deste bairro.

dovia Washington Luiz ou estrada Rio - Petrópolis] e cada um desses lugar tem um jeito seu mesmo e não tem nada com a gente. Tem muito mato e sítio e favelinha cheia de casa, barracão de gente muito pobre que veio pra cá há pouco tempo.⁵

De verdade não é um bairro é um núcleo de bairros com tudo muito diferente. Tem lugar com algum comércio e ônibus passando, tem lugar mais retirado e sem nada ainda. Não pode chamar de bairro um lugar desse tamanho e todo diferente. Tem favela até e mato em muito lugar. Tem água, natureza. Tem bicho ainda e muita fábrica aqui. De verdade é um monte de bairro e muito lugar que não dá pra chamar de bairro ainda porque não tem nada ainda e é rural ainda.⁶

Mas o fato é que o grande arquipélago popular que é Capivari não é socialmente tão diverso como os moradores das áreas menos recentes deste “núcleo” conformam-se pensando. Certamente estes sub-bairros não foram ocupados ao mesmo tempo, sendo os mais antigos detentores de mais habitantes e de indivíduos geralmente menos instáveis socialmente. Ao contrário disto, algumas regiões muito recentemente ocupadas possuem indivíduos economicamente mais instáveis, desempregados, subempregados ou dependentes da agricultura que praticam em lotes abandonados. Algo une, entretanto, os moradores destas duas zonas distintas: todos se originam do exterior do bairro, sendo muito comum tanto a presença de migrantes nordestinos, mineiros e capixabas e filhos destes migrantes originários já de municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cujos pais nunca habitaram o Capivari, mas que se destinaram àquele “núcleo” devido à sua pauperização e a necessidade de manterem-se distantes de aluguéis, dispendiosos para estes indivíduos mesmo em outras áreas periféricas da própria Baixada Fluminense.

Compõe-se, portanto, a população de Capivari de indivíduos mais pobres que a média da população de bairros mais populosos e menos periféricos de Duque de Caxias, fato que surge como a consequência de ser este bairro um exemplo detalhado de fracasso de iniciativas loteadoras na região da Baixada Fluminense. Em Capivari o destino dos loteamentos foi diverso daquele seguido em tantas áreas da Baixada onde os grupos de loteamentos evoluíram demograficamente até se tocarem e constituírem bairros proletários. Aqui os moradores mais antigos não chegaram em uma época posterior há 40 anos, uma vez que antes desta época as terras que compõe hoje o Capivari não se prestavam à agricultura e eram ocupadas unicamente por donos de gado que na sua maioria não residiam ali, mas que soltavam os seus animais nas regiões menos alagadiças sem muitas preocupações com a delimitação das áreas que seriam ocupadas pelos animais. O passado de tradições agrícolas tão glorificado em outras regiões da Baixada não existiu em Capivari e seus moradores mais antigos somente conseguem lembrar-

⁵ CARLOS FILHO, Amadeu da Silva. **Entrevista concedida** em 05 out. 2004. As falas propositalmente não foram corrigidas.

⁶ PEÇANHA, Álvaro de Souza. **Entrevista concedida** em 15 jan. 2005.

se deste lugar como aquele em que árvores e arbustos foram derrubados para serem transformados em carvão na época da construção das rodovias vizinhas ao bairro e onde caçadores circulavam procurando principalmente capivaras que viviam próximas das vastas áreas inundadas. Os primeiros loteamentos chegaram unicamente em finais da década de 1960 e não impactaram a rotina deste lugar imediatamente, pois, embora muitos tenham sido os indivíduos atraídos pelo valor ínfimo dos lotes e que atenderam à propaganda feita pelas empresas loteadoras, poucos resolveram construir, um número menor ainda decidiu mudar-se para o Capivari e enfrentar as dificuldades infindas existentes ali. A começar pela possibilidade de inundação das casas construídas, passando pela inexistência de serviços elementares, sendo a mais evidente das carências a falta de energia elétrica e culminando com a ausência completa de meios fáceis de vencer os doze quilômetros existentes entre Capivari e o centro do município de Duque de Caxias⁷, fato que dificultava em muito a chegada dos primeiros habitantes proletários ao Rio de Janeiro, onde trabalhavam, pois para deslocarem-se de qualquer ponto do Capivari até a estação, em que embarcavam em trens que os levavam ao centro do município do Rio de Janeiro, necessitavam vencer a pé distâncias superiores a três quilômetros até às margens da rodovia Washington Luiz, onde ônibus serviam aos trabalhadores. Em épocas de chuvas, chegar à rodovia era praticamente impossível devido aos alagamentos e aos lamaçais existentes nas ruas. A desistência de permanecer no bairro parece ter superado constantemente a vantagem inicial que continuou sendo ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 o pequeno valor do lote urbano. O resultado de tudo isto foi o abandono dos loteamentos por seus potenciais ocupantes e a permanência das diversas quadras repletas de terrenos vazios de construções proletárias. A transferência para o bairro de algumas pequenas fábricas ao longo das últimas duas décadas e o surgimento de poucos conjuntos de casas populares garantiu uma intensificação da ocupação humana, entretanto tal ocupação permanece tímida em 2006, sendo o crescimento demográfico deste bairro bastante pequeno quando comparado com a aceleração demográfica do município de Duque de Caxias.

Em fim, as principais características presentes nos loteamentos baixadenses recém constituídos - incluídas nestas características todos os problemas inerentes a esta forma de ocupação do solo baixadense - foram acentuadas pelas condições geográficas e mantidas permanentes em Capivari.

Na inexistência de um passado rural tão comum na Baixada Fluminense, a memória dos moradores mais antigos de Capivari destoa bastante da forma como os moradores da maior

⁷ Entre Capivari e o centro do município do Rio de Janeiro há cerca de 30 quilômetros.

parte das populações de bairros proletários visualizam os seus bairros na época em que eles os ocuparam.

Geralmente as falas dos entrevistados de outras regiões da Baixada revelam em suas narrativas de vida a idéia de que é a Baixada um “mundo particular” e em vários aspectos um “mundo melhor que os outros”. Os dois outros mundos conhecidos pelos moradores da Baixada Fluminense são o local de origem (interior agrícola do Brasil) e o município do Rio de Janeiro. O primeiro localiza-se longe demais no espaço e no tempo e às vezes é considerado ótimo porque é a terra dos sonhos e às vezes é enxergado como local de sofrimento e diversas privações. Já o segundo é visto como “aquele local de onde se deve tirar o sustento, mas que não é lugar pra pobre viver” porque “pobre no Rio vira morador de favela e é visto como bandido”. É claro que é o município do Rio de Janeiro um “lugar maravilhoso”, porém, por mais estranho que isto pareça, para quem mora há muito tempo ou nasceu na Baixada Fluminense, “a cidade” é um lugar “violento demais e muito cheio de covardia”.

No Capivari as lembranças mais antigas remontam principalmente à década de 1970 e dizem respeito ao passado de dificuldades e às conexões entre este local suburbano e à “roça”, mas também aos episódios repetidos de encontro de cadáveres em meio aos lamaçais e a vegetação de altura média que surgiu após a derrubada das árvores e arbustos que se encontravam ali na época de abertura dos loteamentos:

Quando a gente chegou era muito difícil viver, mas era mais roça e tinha uma vantagem que era poder ficar com tudo aberto porque não tinha violência igual hoje em dia. Depois foi chegando gente e tudo... e ficou mais difícil viver e criar filho. Ta certo que melhorou por causa de condução que tem hoje lá pra baixo. Também é melhor por causa de coisa como hospital e asfalto que já não... que já é até perto daqui agora mas não é mais tranqüilo igual antes porque a gente nunca sabe o que pode acontecer na rua e em casa mesmo. Ainda é melhor que no Rio, mas não é mais roça mesmo e dá medo a covardia. ta certo que aqui sempre foi lugar de muito corpo jogado na rua... desova... mas era pior quando a gente chegou. Tinha muito corpo mesmo nesse mato e virava mexia a gente achava osso. [...] Era 70 e pouco quando eu vim morar aqui mais ou menos e tinha muita desova. Bandido tinha também, mas não era trafico não. Mas ladrão de galinha era muito mesmo.⁸

Eu vim pra cá em... 1974. Tinha nada aqui não, era mato puro mesmo. Pouca casa, pior do que é hoje em dia. Eu sei que é difícil acreditar que era pior que isso, mas era pior porque não entrava ônibus. Não tinha escola nenhuma. Não morava ninguém nessa rua, não tinha luz e aparecia muito corpo aqui. Às vezes morria aqui mesmo porque ouvia tiro, mas às vezes... mais era que morria fora e jogava aqui. Também não entrava polícia que tinha medo de ficar agarrado na lama e não adiantava chamar não porque eles não vinham e apodrecia aqui mesmo. Urubu e cachorro comia até vira caveira. A gente ia ver primeiro e depois deixava pra lá por causa da catinga. Acabava sem ninguém vim buscar. Eu acho que morria muito mais e ficava sem ninguém ver aí pra dentro nos brejo. A gente só sabia desses que ficava mais pra fora. Lá pra dentro não tinha ninguém mesmo e devia ser mais fácil jogar defunto lá.⁹

⁸ MEDEIROS, Severino da Silva. **Entrevista concedida** em 16 jan. 2005

⁹ BASTOS, Hélio Pereira. **Entrevista concedida** em 18 dez. 2004

Muito freqüentemente escapam dos depoimentos dos moradores de Capivari sobre os seus locais de moradia, considerações expressas através de adjetivos como abandonado, esquecido, largado, etc. Tais qualificações muito presentes também em bairros melhor estruturados da Baixada Fluminense, revestem-se neste local de uma concordância com a realidade visível bastante acima daquela encontrada em qualquer outro bairro baixadense. Em Capivari ações do poder público efetivamente nunca chegaram até o dia de hoje e a sua existência tal como é, revela partes de épocas diversas da história de ocupação proletária da Baixada através do loteamento. Ali é possível enxergar como a terra foi repartida pelos agentes loteadores, testemunhar hoje dificuldades semelhantes às aquelas que os primeiros habitantes proletários migrantes chegados à Baixada experimentaram, visualizar a resolução informal e solitária dos inúmeros problemas tornados naturais em regiões destinadas a proletários migrantes nas periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, assistir ao mesmo tempo a ação de bandidos cruéis que agem isoladamente e que praticam principalmente crimes sexuais e assassinatos de mulheres e crianças e a ação de traficantes ligados a grupos criminosos organizados e liderados por bandidos detidos em prisões de segurança máxima, porém, responsáveis pela liderança de bandos que utilizam o Capivari como refúgio ou como novo local para a obtenção de viciados. Em fim, é o bairro de Capivari um exemplo extremo de iniciativa loteadora fracassada e foi exatamente este fracasso empresarial que prendeu o bairro de Capivari a sua situação atual e o manteve espacialmente próximo do centro do município de Duque de Caxias - doze quilômetros - e mesmo do centro do Rio de Janeiro - trinta quilômetros - porém mais distante que qualquer outro local da Baixada Fluminense das condições mínimas de sobrevivência em uma área urbana: o transporte de ônibus até o centro dos dois municípios é recente, precário e existente unicamente a partir do momento em que alguns conjuntos habitacionais e pequenas fábricas ocuparam várias das diversas quadras ocupadas anteriormente pelos mata-gais ou charcos. As ruas na sua totalidade não possuem calçamento, inexistente saneamento básico em qualquer parte do bairro, a água utilizada pelos moradores de Capivari vem geralmente de poços ou nascentes - chamadas de "minas" - existentes no bairro, as ruas, mantidas livres de vegetações unicamente pela ação dos moradores das mesmas, não possuem iluminação pública a não ser que ali se localizem fábricas ou conjuntos habitacionais em construção, inexistem postos de saúde, somente três colégios municipais e cinco estaduais (Brizolões) atendem as crianças do bairro e lojas comerciais localizam-se unicamente nas áreas do bairro que estão nas vizinhanças da rodovia Washington Luiz onde também está a maior parte das oito escolas públicas. Realidades que obrigam adultos e crianças do bairro que também não

possui linhas circulares de ônibus, a se deslocarem a pé, de bicicleta, em lombos de animais ou em carroças até a parte mais estruturada do bairro que se distancia pelo menos três quilômetros das áreas mais recuadas do Capivari.

O desenho simples traçado acima é uma consequência direta da maneira como boa parte da Baixada foi ocupada. Nesta região a ocupação deu-se principalmente através do loteamento da terra agrícola em uma época em que a atividade principal da Baixada era a citricultura, que ocupava propriedades de porte pequeno e que nos momentos finais da atividade citrícola foram gradativamente sendo transformados nos bairros proletários. Por isso longas extensões de terras chamadas de bairros nesta região tendem a ser subdivididas, originando pequenas áreas designadas por nomes relacionados com algum acontecimento ocorrido no local ou mais usualmente por características geográficas próprias daquela pequena área pertencente a um grande bairro. Assim é comum encontrar parcelas de bairros com designações como “esquina do pecado”, “curva do S”, “morro da galinha”, “coqueiro”, “mangueira”, “jaqueira”, etc.

Exatamente pelos motivos anteriormente expostos, os cerca de dez quilômetros quadrados de Capivari quase o qualifica como um distrito composto por bairros distintos, embora não muito diferentes entre si. Na verdade se o propósito é dissecar esta região, não há nada melhor que considerar suas diferenças e semelhanças e o que se destacará nesta descrição são as semelhanças. O fato de existirem subdivisões que poderíamos denominar aqui como sub-bairros deve-se muito mais a algumas características locais que originaram nomes diferentes para denominar partes do grande conjunto de áreas possuidoras de problemas semelhantes que são enfrentados quotidianamente pela população do Capivari. Assim, a denominação “Figueira” para a parte do bairro mais próxima à rodovia Washington Luiz (BR 040) muito mais que estabelecer diferenças, funciona como um meio dos moradores de Capivari se localizarem espacialmente na região.

Portanto, ao primeiro contato, o núcleo de bairros genericamente chamados Capivari mostra-se bastante uniforme, sendo ele também - como tantos outros núcleos de bairros baixadenses - resultante da transformação da terra agrícola em área urbana. Aqui, entretanto, o fracasso da atividade agrícola que coincidiu com a ocupação urbana da Baixada, estendeu-se aos loteamentos, o que resultou em uma escassa e desorganizadamente ocupada região. Tal situação de Capivari é resultante de motivos diversos. O primeiro e mais importante deles é o abandono dos lotes comprados ali por valores irrisórios ao longo das últimas quatro décadas, quando o município de Duque de Caxias passou a ser ponto final de milhares das diversas famílias migrantes principalmente do Nordeste brasileiro. Naquele momento regiões mais

próximas do centro de Duque de Caxias eram exploradas vorazmente por empresas loteadoras e transformavam-se rapidamente em bairros proletários. Quanto ao Capivari, continuava a ser uma área ruralizada onde gado bovino era criado solto e onde alguns pequenos proprietários lutavam contra a malária e persistiam plantando culturas de subsistência em suas chácaras. A lógica que orienta a ocupação rápida de um loteamento baixadense não funcionou bem ali e mesmo com o surgimento dos primeiros lotes urbanos a área mantinha-se predominantemente rural. Ocorre que um loteamento baixadense somente é rapidamente ocupado e ganha o *status* de bairro ou de parte de um núcleo de bairros quando existem nas suas vizinhanças motivos para que famílias de proletários migrantes ocupem imediatamente os lotes componentes do empreendimento imobiliário. A vizinhança de uma via férrea, ou de uma estação de trens, a construção de uma nova rodovia, o surgimento de uma fábrica são fatores detonantes ou incentivos de crescimento e dinamização de um destes bairros. Largado a sua própria sorte, entretanto, um loteamento muito raramente sobrevive, sendo o reflexo mais claro deste fracasso exatamente a não construção de um significativo número de casas nos seus lotes.

Ilda do Prado

Exatamente no cenário caótico retratado acima encontramos a personagem principal deste relato, a líder comunitária, dona de casa e agricultora Ildacilde do Prado Lameu ou Dona Ilda¹⁰ como era mais conhecida pelos seus vizinhos de bairro. Nascida em 1947, em Minas Gerais, e assassinada no portão de sua casa em nove de março de 2005, ela foi moradora do Rio de Janeiro entre 1959, quando saiu do distrito de Divino Carangola, hoje município de Divino, Leste do estado de Minas Gerais e 1968, quando conheceu o bairro de Capivari, onde seus pais adotivos, que residiam no bairro de Copacabana, compraram uma chácara. A transferência definitiva de Ilda para a chácara da família adotiva, entretanto, não ocorreu naquela época, mas unicamente após a morte dos seus pais adotivos, o que ocorreu nos anos 1980.

Não são claras as razões para a sua migração nos depoimentos de Dona Ilda. Certamente a sua vinda para o Rio de Janeiro não ocorreu por motivos semelhantes àqueles geralmente alegados pela maior parte dos moradores proletários da Baixada Fluminense. Afirmava ela que sua infância era pobre demais e que Divino Carangola a assustava muito devido à violência imperante naquele distrito, tendo sido um de seus tios (que era deputado, segundo ela) assassinado dentro de um de seus estabelecimentos comerciais, localizados no centro do dis-

¹⁰ Ildacilde do Prado era conhecida como Dona Ilda, Ilda do Facão e Ilda Furacão.

trito. A ausência de referências aos seus pais naturais em suas lembranças acerca da infância chamou a atenção, assim como se mostrou curioso o seu precoce desejo de vir para o Rio de Janeiro para trabalhar como atriz. Os sonhos da menina de doze anos não se concretizaram totalmente, muito embora o seu único trabalho realizado fora do bairro de Capivari tenha sido o de figurante da TV Globo, o que Dona Ilda lembrava muito rapidamente, parecendo misturar orgulho e decepção. Talvez o nascimento de um filho aos dezoito anos tenha selado o seu destino e a conduzido para um casamento tradicional, para uma rotina de dona de casa e finalmente para o Capivari.

Sua atuação comunitária neste bairro, entretanto, não se iniciou unicamente com a sua transferência definitiva para ali, estando os fatos que foram transformados em lembranças importantes para Ilda quando o assunto era a sua atuação comunitária, localizados no final da década de 1960 e inícios dos anos 70. Naquela época as suas ações restringiram-se às tentativas de melhorar o bairro e a vida das pessoas que chegavam ali. Problemas de segurança pública em Capivari eram poucos, uma vez que se relacionavam unicamente ao aparecimento de corpos nas ruas e matagais do lugar recém ocupado por alguns poucos proletários e que servia como local de “desova” dos cadáveres produzidos por grupos de extermínio que atuavam mais frequentemente no município do Rio de Janeiro e que eram jogados ali na certeza de que seriam encontrados somente após a decomposição ou que terminariam desaparecendo e se confundindo com as carcaças de animais que eram também abandonados lá principalmente por proprietários de abatedouros clandestinos. Cadáveres estranhos ao bairro não incomodavam se não estavam nas proximidades de alguma casa habitada e exatamente por isto as ações iniciais de Ilda não se relacionaram com a resolução de nenhum conflito originário das atividades criminosas existentes no bairro. Apesar de Dona Ilda reforçar em seus depoimentos o fato de seu bairro ter sido bem diferente na época em que ela mudou-se para lá¹¹, o feito que escolheu para marcar o início de suas proezas a favor de seus vizinhos foi exatamente algo relacionado com a presença de cadáveres próximos de casas já habitadas no bairro de Capivari. Muito provavelmente as lembranças idílicas de Ilda sobre o seu bairro foram rapidamente embotadas pela sua luta cotidiana contra a violência que marcou o bairro nas décadas finais de sua vida:

[...]então daí pra cá... que a gente começou vim pra cá... prestar atenção, eu comecei agir na área... as pessoas matava a pessoa, apodrecia no meio do mato. Cachorro comia, urubu comia,

¹¹ Aliás, em seus depoimentos dizia ser motivo para a sua mudança de Copacabana para a Baixada Fluminense o seu desejo de estar próxima da natureza: “[...] este lugar não tem nada como você está vendo, mas tem estes arvoredos [...]”. LAMEU, Ildacilde do Prado. **Entrevistas concedidas** em 10 jan. 2004 / 18 jan. 2005 / 21 jan. 2005 (Todas as falas seguintes de Ildacilde do Prado Lameu originaram-se destes documentos).

ninguém tirava. Até que uma vez morreu um cara ali já tinha quinze dias que o cara tava morto, o povo pedindo pra tirar na beira do quintal de uma mulher cheia de filho e ninguém tirava. Chamava a polícia, não vinha, fui na prefeitura ninguém tomou as providências. Eu aluguei uma carroça, enrolei o cara podre dentro do lençol, joguei na porta da prefeitura e avisei: 'todos que morrerem lá dentro e vocês não ir lá tirar eu pago e jogo na porta da prefeitura'. Ficaram todo mundo em pânico [...] daí pra cá toda vez que eu chamo a polícia a polícia vem tirar, demora, mas tira, não fica mais [...] mas aonde você anda...fosse caminhar aqui você dava de cara com ossada de gente morta e acabou tudo, não tem mais.

As lembranças de Dona Ilda remontam ao início dos anos 1970 e o aparecimento constante de cadáveres de homens desconhecidos em Capivari relatado pela líder comunitária, parece relacionar-se com a atuação de esquadrões da morte ligados às ações exterminadoras das polícias cariocas que auxiliavam a repressão política levada adiante pelos governos militares existentes no Brasil daquele momento. A repetição no depoimento de Dona Ilda de que reclamava com os policiais e que isto não adiantava, parece reforçar a hipótese de que os cadáveres resultavam de justiçamentos promovidos por policiais ou por grupos ligados a estes policiais¹².

Ocorreu que o bairro evoluiu demograficamente apesar de seu ritmo de crescimento diferir em muito daqueles experimentados pelos demais bairros da Baixada, e enquanto isso ocorria, os problemas dos moradores proletários do bairro também se complexavam, se diversificando também a forma de Dona Ilda atuar. O que não se modificava, entretanto, era a presença estatal e durante as décadas de 1980 e 1990 as atividades comunitárias de Dona Ilda continuaram a traduzir a sua inquietude frente aos problemas de Capivari, mas, no entanto, assemelhava-se sob vários aspectos às formas das lideranças populares regionais agirem na região da Baixada Fluminense, sendo possível encontrá-la nestas décadas incentivando os seus vizinhos através de um discurso desafiador e do seu próprio exemplo a melhorar as condições críticas do bairro, o que equivalia a capinar as ruas, abrir valas de esgoto, comprar entulho que era utilizado para diminuir os buracos das ruas e permitir a entrada de veículos. O fato de Dona Ilda, apesar de também ser migrante, ter residido em um apartamento no bairro carioca de Copacabana por um longo período antes de ter se mudado definitivamente para Capivari, parece ter transformado esta líder em alguém, que diversamente dos outros migrantes moradores de Capivari, acreditava que os seus direitos de morar em um lugar “decente” eram exatamente iguais aos dos moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro e para ela a culpa pelo abandono de Capivari era “em primeiro lugar dos governos e dos políticos e depois do

¹² A partir dos primeiros anos da década de 1970 começaram a atuar na região da Baixada Fluminense diversos grupos de extermínio. Alguns dentre eles abandonavam as suas vítimas em áreas mais urbanizadas e passaram a admitir denominações originais (“Mão-Branca”, por exemplo). Os matadores destes grupos deixavam sobre os corpos mensagens justificando os assassinatos e os ligando à prática de furtos, estupros, assassinatos, etc., por parte dos justicados.

peçoal que comprou aqui e que nunca construiu e que fez isso ficar assim sem nada, porque os governos não se importam mesmo, mas com pouca gente assim aí que não faz nada mesmo”. Sua história de vida anterior ao Capivari pode tê-la dotado de idéias diversas daquelas geralmente tidas pelos baixadenses, apesar disto não há como deixar de considerá-la semelhante aos seus vizinhos, e esta conformidade surgia em aspectos diversos da vida de Ilda, destacando-se entre estes a sua defesa incondicional de princípios morais relacionados com o que chamava de “valores da família”, a sua necessidade de manter os seus filhos próximos de si, a sua formação educacional incompleta e a consideração de que o bairro deveria ser cuidado por ela e pelos vizinhos como uma forma de garantir-se pelo menos um pouco de “dignidade” na vida. Entretanto, a figura de Ilda não chamava atenção exatamente pelas suas virtudes ordinárias, ou seja, aquelas características que a ligavam ao seu grupo social e aos seus vizinhos, mas sim pelos seus singulares atributos apontados, aliás, pelos seus vizinhos. Ousadia, desapego aos bens materiais, falta de ambição política, consciência, bondade, generosidade, rigor, sensibilidade, agressividade, dentre outras, são características da personalidade de Ilda que, segundo os seus vizinhos transformavam-na “na pessoa mais importante do Capivari”, “na mãe de todo mundo aqui” ou, menos apaixonadamente, “em uma mulher que luta e resolve tudo quanto é tipo de assunto porque não tem medo de nada”. De fato, a marca distintiva de Dona Ilda em sua última década de vida foi efetivamente a ousadia, tendo a sua casa se transformado em um ponto de referência dentro da enorme área carente do seu bairro.

Muito embora ela continuasse a ser uma espécie de bem-fazedora geral do lugar - fato denotado pelas suas ações assistencialistas como a distribuição de sopa para desempregados no quintal de sua casa, onde existiam bancos e mesas feitas de concreto para acomodar tanto os moradores carentes que iam ali se alimentar, quanto crianças que não conseguiam vagas em colégios ou que apresentavam baixo rendimento escolar e que ali assistiam aulas de reforço - inúmeros e variados casos de violência eram levados até o seu conhecimento a qualquer hora do dia ou da noite, esforçando-se ela para resolvê-los informal e rapidamente através de suas ameaças e conselhos e, muito embora admitisse como regra “registrar os casos mais graves na polícia e exigir ação por parte dos policiais”. Suas ações assistencialistas - que se mantiveram desde a década de 1970 até 2005, momento do seu assassinato - foram sendo eclipsadas na medida em que mais habitantes chegavam ao Capivari e que tanto os antigos problemas mantiveram-se sem resolução quanto novos problemas surgiram na medida em que a líder comunitária colocava em marcha os seus planos para melhorar a vida ali.

Dona Ilda considerava que grande parte dos problemas inerentes aos bairros semelhantes ao seu era a pequena quantidade de gente que os habitavam. Sabendo ela que grande parte dos proprietários originais dos lotes existentes jamais retornaria a eles, passou a defender a idéia de que estes lotes fossem invadidos imediatamente por famílias dispostas a construir e cultivar as áreas ainda não ocupadas a fim de poderem elas mesmas se sustentarem, uma vez que o número de desempregados em Capivari era grande demais principalmente devido aos altos preços das passagens dos ônibus que ligavam o bairro ao centro do Rio de Janeiro, lugar principal de trabalho para os trabalhadores pouco ou nada qualificados primeiros ocupantes destes lotes abandonados. Este plano de Ilda surtiu seus efeitos de forma imediata e ao longo dos últimos anos da década de 1990, e dos primeiros cinco anos da atual década o número de novos lotes ocupados em Capivari aumentou vastamente.¹³

Na narrativa de Dona Ilda, esta idéia de ocupação dos vários espaços vazios de Capivari surgiu exatamente no mesmo momento em que surgiu o grupo “As Justiceiras do Capivari”:

Aconteceu aqui o seguinte: sempre foi violento mesmo... Antes tinha um bandido aqui chamado Jorge Barbudo que matava as pessoa e jogava num buraco. Só que de um tempo pra cá as coisa se alterou muito e além de morte assim de gente desconhecida de fora, desova e essas coisa, passou a ter assalto na rua em casa e coisa pior, tipo morte de pessoa inocente e pior ainda morte de criança, mulher e estupro de criança e mulher aqui... foi piorando e quando começou a ser assim eu não fiz nada logo, mas me dava uma aflição cada vez maior e minha vontade era matar tudo quanto era bandido que esperava de tocaia menina e menino nos mato para agarrar. Ai eu comecei a limpar estes terreno e roçar estas ruas e pensar que se não fosse tudo jogado e sem ninguém não ia ter tanta covardia. Mas na época eu não botava ninguém na terra ainda. Eu passei mesmo foi a limpar as ruas e mato e a juntar mulher e fazer reunião e só depois é que veio esse negócio de justiceira e de líder que ajeita terra e dá para quem vem chegando agora.

O ponto inicial das ações mais notórias de Dona Ilda é exatamente o momento em que ela criou o grupo As Justiceiras do Capivari, tomando para si a incumbência de agir da forma mais enérgica contra as ações dos bandidos que atentavam contra a vida de crianças e mulheres dentro do Capivari.

As Justiceiras do Capivari

Isto ocorreu em 1998, quando Ilda foi procurada pelos pais de uma menina - Priscila Silva, oito anos - que havia desaparecido a caminho da escola. E que apesar dos diversos apelos

¹³ Durante às vezes em que entrevistei Dona Ilda, no quintal de sua casa, várias foram às vezes em que homens e mulheres de aparência muito humilde interromperam as nossas conversas em busca de algum tipo de auxílio. Destacavam-se destes pedidos aqueles relacionados à busca por um “pedacinho de terra” como dizia a entrevistada sempre que retornava para a mesa onde narrava a sua vida e as suas ações comunitárias. Andando pelo bairro juntamente com a líder comunitária conheci diversos destes “assentamentos” proletários formados a partir da eliminação dos matagais que era o serviço ao qual Dona Ilda mais se dedicava nos últimos anos.

da família à polícia, continuava desaparecida sem que qualquer autoridade pública investigasse. Ilda entrou no caso imediatamente e sem esperar por melhor resultado:

[...] fui procurar sozinha no mato... nos brejo... no caminho que ela passava pra vim aqui pra estudar...aí acabei achando ela morta no mato, já decompondo a menininha pequena, magrinha. Peguei a menina lá no meio do matagal e trouxe para a rua e aí chamei a polícia pra levar o corpo e chamei a imprensa toda e então decidi não parar mais e juntei as mulheres de perto e fizemos as justiceiras.

A menina Priscila Silva foi morta após ser sexualmente violentada e esta morte parece ter modificado radicalmente a forma de Dona Ilda pensar o seu papel de líder comunitária:

[...] desde a morte dela eu vi que não dava pra ficar só ajudando os mais pobre ou incomodando polícia e prefeito e vereador, achando que reclamar só adianta. Continuei ajudando... fazendo tudo junto com os moradores, mas achei que era mais... certo colocar mão na massa e não deixar mas acontecer isto aqui. Reuni as mulheres... era eu e umas cinco no início e a gente ia capinar rua, roçar os matagais daqui... mais esses perto de caminho pra colégio, porque tarado é covarde e faz tocaia no mato. Sem mato eu achava que era mais difícil eles agir.

No ano seguinte, 1999, o assassinato de Milene Souza, de doze anos, violentada e morta também ao ir para o colégio, permitiu a última mutação do estilo de liderança de Ilda e a configuração final do seu grupo de mulheres justiceiras:

Com a Milene a coisa mudou porque eu consegui aumentar muito o grupo. De cinco viramos vinte e eu vi que não dava para ficar só conversando mesmo. O negócio era partir para a briga mesmo e aí a gente acabou achando o tarado, indo atrás dele e prendendo ele dentro de uma favela lá em Lote XV [bairro caxiense localizado nos limites de Duque de Caxias com Belford Roxo] . A gente ia matar ele, mas a polícia chegou a tempo de não deixar e aí a gente acompanhou ele até a cadeia e ficou lá porque o delegado falou que ia soltar ele porque não tinha prova. Aí eu disse 'se soltar a gente mata esse desgraçado na porta da delegacia mesmo' Ele falou que ia prender a gente, eu falei que era direito nosso ficar lá esperando e se o tarado fosse solto a gente linchava ele ali mesmo ou trazia ele aqui pra dentro e matava o cara de tanta porrada.

Daquele momento pra cá nós passamos a andar assim de faca, facão, foice, espada, enxada, pedaço de pau, limpando o mato todo queimando o mato, abrindo estes caminho e vigiando gente diferente que anda aqui. Se acontece alguma coisa a gente logo aparece. Uma liga pra outra, reúne, junta tudo, foice, machado, enxada e vai atrás, prende, tortura e até mata. Eles pergunta se mata eu falo que mata. Só não falo quem e quanto já matamo. O trabalho das justiceiras depois foi esse: levar criança pra escola, limpar o matagal. Agora não que está tudo calmo e a gente não ta vendo nada porque é férias nos colégio. Mas tá voltando e quando volta você pode vim aqui e vai ver duas, três mulher nesses mato limpando mas elas tão mais mesmo é vigiando as criança e vendo se tem estranho na área.

Os casos dos estupros e assassinatos de Priscila Silva e de Milene Souza foram, sem dúvida, marcos fundamentais na vida comunitária de Ilda. Em primeiro lugar estes casos macabros foram responsáveis diretos pelo surgimento e configuração final do grupo de mulheres lideradas por Ilda e, em consequência, pela modificação radical na forma como ela comportava-se frente aos seus vizinhos e principalmente na modificação das formas como estes vizinhos visualizavam-na. Se anteriormente aos assassinatos ela era respeitada e procurada para

resolver casos simples de desentendimentos familiares ou para coordenar soluções temporárias para os inúmeros problemas decorrentes das condições urbanas críticas de Capivari, na maior parte das vezes, entre 1998 e 2002, a tônica das suas ações passou a ser o combate à violência que com bastante frequência passou a atingir “as pessoas inocentes” de Capivari. Crianças e mulheres passaram a ser as suas principais preocupações e Ilda desde o início percebeu não ser possível para ela sozinha dar conta de proteger todas as mulheres e crianças do bairro:

O problema maior naquela época era como ajudar. Eu sabia que não dava para ficar do jeito que estava até ali e eu só podia contar com uns policiais que eram amigo da gente e vinha quando eu chamava e não dava pra contar com político mesmo porque é... eles não tomam vergonha na cara mesmo e só ajuda se isso rende vantagem pra eles. Apelar pra homem nem pensar. Eles são violento demais pra isso e depois não dava pra contar mesmo com homem de dia porque se está em casa sem procurar nada pra fazer é porque tem alguma coisa errada com eles. De dia e de noite que dá pra contar mesmo era com mulher. Como eu precisava apelei pra elas e um monte veio e a gente reuniu e formou isso.

A recorrência às mulheres parece ter nascido muito mais das razões práticas expostas por Ilda que por alguma causa ideológica, afinal, se era preciso que o próprio “povo de Capivari” cuidasse de sua segurança e se ali dia e noite eram igualmente perigosos e se na visão destas proletárias, “homens desempregados deveriam estar procurando emprego durante o dia” ou senão eram “vadios”, restava como única alternativa para a formação das milícias, que deveriam proteger crianças dia e noite, as mulheres vizinhas de Dona Ilda.

A resolução dos problemas relativos à proteção de crianças e mulheres em Capivari, ficou, portanto, entregue ao grupo criado por Dona Ilda e a ação das justiceiras de início restringiu-se unicamente ao patrulhamento das ruas do bairro, patrulhamento que era realizado por grupamentos de aproximadamente dez mulheres, algumas delas com o rosto encoberto por um lenço e todas armadas com as ferramentas que elas utilizavam também para derrubar os matagais e desobstruir os diversos cursos d’água existentes em pontos variados do bairro. As mulheres revezavam-se a fim de garantir que tanto nos horários de entrada como nos horários de saída dos colégios diversas mulheres armadas pudessem conduzir as crianças através dos capinzais agora batidos e queimados, mas mesmo assim desérticos. À noite a escolta também se fazia e as adolescentes que estudavam no horário noturno também eram conduzidas por Ilda e pelas justiceiras que aproveitavam as viagens para acompanhar mulheres adultas que retornavam do centro do Rio de Janeiro e que precisavam caminhar dos pontos de ônibus até as suas respectivas residências.

Neste ponto é interessante apontar de que forma se estruturaram as ações das Justiceiras do Capivari e como Dona Ilda construiu uma imagem própria para si e para o seu grupo, imagem que foi amplamente divulgada pela imprensa local e escassamente pela imprensa carioca.

A intenção tanto de Ilda como de suas mulheres era à intimidação dos bandidos e dos potenciais estupradores e homens que espancavam suas mulheres. Investigações de casos de violência contra mulheres e crianças, prisão de bandidos e entrega destes aos policiais eram atos comuns principalmente entre 1998 e 2002. Apesar da defesa da utilização da violência contra “tarados”, nunca houve sequer uma ação efetivamente violenta contra os alvos da fúria destas mulheres. A energia que nascia deste grupo efetivava-se inicialmente através da substituição integral do poder público dentro do bairro de Capivari e logo em 1998, Dona Ilda percebeu que uma das maneiras de se alterar a situação caótica do bairro era demonstrando a existência daquele lugar para os habitantes de fora do município de Duque de Caxias e o apelo dela à imprensa regional visava, de fato, demonstrar que o Capivari era um bairro problema e que era preciso que ali “os governos” surgissem como agentes:

De político eu não acho nada muito diferente do que todo mundo acha. Dos governo eu acho que eles precisava ver que a gente existe [...]que tem o mesmo direito de qualquer outra pessoa no mundo. Acontece aqui que ninguém vê a gente e eu não vou é ficar aqui esperando pra eles ver a gente não, vai dar não, porque eu acho que só dá pra mudar se a gente mesmo faz alguma coisa. Político... governo... pensa só neles e é normal isso mesmo. Rico cuida de rico. Se a gente não aparece ninguém vem levantar aqui quem tá embaixo do tapete igual lixo e ajudar ninguém não [...]a gente foi pro jornal e rádio pra isso pra mostrar quem a gente é e que a gente existe. Tem direito igual qualquer outro de Caxias ou do Rio de Janeiro mesmo.

Quanto ao modo ostensivo como as mulheres apresentavam as suas armas *sui generis* Dona Ilda era enfática em afirmar que aquilo tudo era uma estratégia de ação e que a intenção real não foi em nenhum momento tirar a vida de ninguém. Dizia ela que:

Se eu apareço normal na imprensa igual você tá me vendo, preta, 1,60 m, quem vai ligar? Agora armada com a foice e o facão e vestida de roupa diferente, dá ibope. [...]de verdade no início eu tava revoltada e queria matar mesmo, mas depois que a gente resolveu tudo eu esfriei o sangue e voltei ter a idéia de andar certo para não perder o nosso direito. De verdade matar eu não vejo como sujar a mão com sangue de bandido. Deus fez Deus leva.

A intenção de apresentar seu bairro surtiu seus efeitos e se desde 1998 era previsível que a ação de Ilda e suas mulheres alteraria substancialmente a rotina do bairro de Capivari, não era tão fácil supor, entretanto, que a simples circulação destas mulheres nas áreas mais abandonadas do bairro e a derrubada e queima dos matagais poderia resultar na diminuição expressiva de todos os casos de violência do bairro¹⁴. A partir dos resultados positivos, o ânimo das Justiceiras do Capivari parece ter aumentado e as reuniões semanais do grupo passa-

¹⁴ O delegado da 60ª localizada em Campos Elíseos revelou que antes de 1998 os casos de violência sexual e assassinatos de crianças e mulheres em Capivari eram pelos menos dois a cada mês e que entre 1998 e 2004 os casos baixaram para zero. RUBEM, Luiz Carlos. **Entrevista concedida** em 10 jul. 2005.

ram a discutir assuntos diversos, porém todos eles relacionados ainda com os problemas imediatos da comunidade:

De início elas discutiam muita coisa sobre o próprio bairro como que lugar que deveria ser limpo, qual o tipo de problema que existia e que deveria ser resolvido primeiro, como um colégio devia ser arrumado por elas. Também elas procuravam trocar entre elas informações sobre o bairro. Por exemplo, em uma reunião que eu assisti elas discutiram muito sobre um caso de suspeita de abuso sexual de um pai contra uma filha. A mãe suspeitava e levou o caso para uma das mulheres do grupo. Ilda na reunião resolveu chamar a mãe para ir com ela e a menina ao hospital e depois a delegacia para dar a queixa [...] não sei depois o que aconteceu porque não fui na reunião seguinte.¹⁵

Este depoimento demonstra o que identifico como a terceira mutação das idéias de Dona Ilda e também o novo rumo das ações das Justiceiras. Ele se refere ao ano de 2003 quando a imprensa regional, e a parte dos habitantes, já conheciam Ilda e até se admiravam dela continuar a se recusar a participar efetivamente da vida política de Duque de Caxias através do cargo de vereadora. Nesta época o grande chapéu de palha sobre um lenço de cabelo, o facão na cintura e a foice em uma das mãos eram utilizados muito mais frequentemente quando repórteres batiam em sua porta em busca de matérias ou atendendo seu convite quando desejava denunciar algo. “As coisas aqui passou a andar calma desde que a gente passou a agir e não tem mais tanta necessidade da gente como polícia. Só umas quatro ou cinco está de frente ainda comigo, mas a gente é mais de cem e quando acontece alguma coisa a gente junta rápido mesmo.” Na verdade a presença das justiceiras além de “impor respeito”, significou a aproximação de Ilda com os poderes públicos, destacando-se dentre estes a prefeitura de Duque de Caxias, a delegacia de polícia civil de Campos Elíseos e o 15º batalhão de polícia militar. Casos graves de violência passaram a ser denunciados imediatamente aos policiais e em seus relatos Ilda enumerava policiais que eram chamados diretamente por ela para resolverem casos em Capivari: “[...] agora é diferente mesmo, eu não reclamo mais de polícia não. Eu tenho o número de uns detetives e do comandante do batalhão e quando a gente precisa eu chamo e eles vêm rápido. A gente sobe no carro da polícia e vai buscar seja quem for.” Quanto às autoridades municipais, o diálogo entre Ilda e a “prefeitura” dava-se muito mais através da imprensa regional, na qual ela denunciava constantemente os secretários municipais e o prefeito José Camilo Zito que, segundo ela era:

[...] só uma farsa. A gente aqui acreditou naquele safado e ele nem voltou aqui depois que ganhou. Não fez uma obrinha aqui mesmo. Lá fora [centro de Duque de Caxias ou margens da rodovia, talvez] ele até mudou algumas coisas, mas nos bairro de dentro igual este nada fez. Eu tinha toda hora era que brigar com os secretário dele que vinha implicar com as casas que a gente faz aqui nestes assentamentos. Eu brigava e dizia que ia botar eles na imprensa e aí eles deixava a gente em paz, mas o secretário de habitação o Aroldo de Brito era implicante demais.

¹⁵ ALVES, Marta Mateus. **Entrevista concedida** em 03 jun. 2004.

Uma vez veio lá na Vila Mirim com polícia pra derrubar as casa de família que eu assentei lá. Eu digo: ‘você vai se arrepender porque a primeira casa que você derrubar eu dou um tiro nos seus cornos’. Botei eles pra correr e a família está lá assentada do mesmo jeito.

Portanto não era mais o grupo das justiceiras essencial para a manutenção da segurança do bairro, uma vez que instâncias específicas do poder público passaram a ser acessadas pela população através de Dona Ilda. A mutação final deu-se exatamente neste momento em que um plano de ocupação do bairro evoluía através dos assentamentos e em que algumas necessidades mínimas da população já eram atendidas devido às reivindicações e ameaças feitas por Dona Ilda e foi exatamente a partir desta última mudança que o desejo de Ilda de agir “pela justiça e pela lei” e não estar “fora da lei” pôde concretizar-se.

A partir do ano de 2003 as justiceiras voltaram-se principalmente para a melhoria das condições de vida das mulheres e das suas crianças. O reconhecimento externo de Dona Ilda facilitou a ida ao bairro de Capivari de profissionais diversos que orientavam as mulheres em assuntos como amamentação, prevenção de doenças próprias das mulheres, educação infantil, direitos das mulheres e crianças. Embora em nenhum momento ao longo do relato das ações comunitárias dos seus dois últimos anos de vida (2003 e 2004) tenha utilizado a palavra cidadania, expressava constantemente a sua idéia de que ela e os moradores de Capivari – principalmente aqueles mais pobres – possuíam direitos que eles mesmos não sabiam que possuíam, mas que deveriam ser respeitados “pelos governos e por todo o mundo”. Fazer valer o direito dos outros moradores de seu bairro passou a ser a cruzada de Dona Ilda, e um bom exemplo de ação voltada exclusivamente para isto foi a confusão que provocou em um dos cartórios eleitorais de Duque de Caxias quando conduziu um grande número de novos moradores de Capivari para que estes obtivessem os seus títulos eleitorais, sem os quais não poderiam trabalhar:

[...] aliás no ano passado [2004] eu fui tirar... mudar título de pessoa que vem do Ceará, que vem de Minas ...transferir pra aqui. Só que eu tive que dar umas porradas em uma mulher lá da TRE porque eu cheguei lá com aquela turma de gente pra poder tirar voto, né, porque eu acho que o voto também é muito importante, eu não sou contra o voto, eu acho que todo mundo tem que votar com a consciência né? Não trocar o seu voto por qualquer coisa, por uma cesta básica, uma lâmpada, uma camisa, qualquer coisa, voto tem que ser uma coisa sagrada e não vendida. Então nós foi...eu fui levar as pessoa pra poder trocar o título e tirar aquelas pessoa que nunca teve. Quando eu cheguei lá a mulher começou a debochar da minha cara: ‘Porque a Dona Ilda dá uma cesta básica’[...] as pessoa chegava lá, o que é que eles quer conta de luz e conta de telefone. Como as pessoas moravam aqui, não tem nem conta de luz nem telefone, eu dei a minha conta de luz e telefone pras pessoa tirar. Aí elas começaram: ‘é porque essas conta de luz, é porque tudo é Dona Ilda, porque Dona Ilda dá cesta básica, porque Dona Ilda faz isso, porque Dona Ilda faz aquilo.’ Começou a maltratar as pessoa. Entrou uma senhora grávida de oito meses e saiu de lá chorando. Eu perguntei porque ela tava chorando. Ela falou ‘Poxa Dona Ilda a mulher faltou pouco bater na minha cara. E eu atrás da porta ouvindo o que ela tava falando. Aí eu cheguei segurei digo: ‘escuta aqui, você não tem o direito de fazer isto, aliás, quem tinha de fazer isto era vocês e não eu. Você não tem o direito. Você fica atrás dessa mesa no ar refrigerado, ganhando dinheiro do povo e humilhando as pessoa. Quem é você pra fazer

isso. Se eu tô dando a minha conta de luz e a minha conta de telefone pra essas pessoa tirar os seus títulos é porque elas não tem e elas precisa de ter pra trabalhar e pra poder votar também. Então você não tem o direito de maltratar as pessoa. Aí ela virou pra mim: ‘porque eu vou chamar o juiz pra te prender’. Eu digo ‘chama, mas primeiro eu vou te dar umas porrada’. Meti a porrada nela mesmo. Eu ia quebrar tudo lá dentro [...] ai chamei a imprensa, meti na imprensa [...] eu não tenho paciência, eu meto a porrada.

Não mudando os seus métodos heterodoxos nesta última fase de sua atuação comunitária, Ilda voltou a aparecer muito mais solitária e caracterizada por:

[...] se meter em todas as coisas e encher o saco de todo mundo. Neste último ano ela não pára mais aqui nunca. Faz de tudo, leva gente doente pro hospital com esse carro velho [um carro modelo Jeep ano 1966] a qualquer hora do dia ou noite. Chamar secretário de estado e prefeitura aqui e dá R\$ 40,00 num caminhão de entulho pra cobrir buraco nessas rua pro carro da polícia passar. Já falei que tinha que se candidatar a vereadora porque aí podia gastar dinheiro da prefeitura pra ajudar os outros e não o dinheiro do aluguel que ela tem em Copacabana e o da minha aposentadoria pra arrumar rua. [...]eu nunca concordei com isso, ela faz isso porque é teimosa.¹⁶

As narrativas de Dona Ilda, dos seus vizinhos e parentes sobre os seus últimos dois anos de vida caracterizam-se principalmente pela percepção de que ela mantinha a sua intrepidez, porém possuía alguns objetivos bastante sólidos e todos eles relacionados à defesa do que chamava de “direitos das pessoas inocentes”. É claro que é inútil encontrar dentro do conjunto de idéias tão pragmáticas de Dona Ilda e suas vizinhas algo requintado e diretamente influenciado pelas conquistas políticas, sociais e jurídicas obtidas pela sociedade brasileira nas últimas décadas através dos diversos estatutos de direitos de terceiro grau¹⁷ resultantes tanto da Constituição de 1988 quanto das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁸ voltadas para a efetivação dos direitos sociais, porém é fato que este conjunto de idéias que orientavam as atitudes de Dona Ilda e de seu grupo, diferiam sutilmente também das formas de se pensar na resolução de problemas na Baixada Fluminense através das lideranças comunitárias. É claro que em alguma medida o jeito de se resolverem os problemas práticos em Capivari assemelharam-se ao próprio modo informal da população baixadense lidar com as ausências públicas. Espalhar entulho nas ruas para permitir a passagem de pedestres e carros é um bom exemplo de resolução informal levada adiante com ou sem a presença, muitas vezes unicamente catalisadora de um líder comunitário, entretanto, para Ilda o ato ordinário de pavi-

¹⁶LAMEU, Pedro Pereira. **Entrevista concedida** em 18 jan. 2005.

¹⁷ Direitos de terceiro grau constituem a consequência do que Norberto Bobbio chama de expansão geral dos direitos, o que é uma característica das sociedades do Ocidente nas décadas posteriores à segunda guerra mundial. Ainda segundo este autor os direitos de terceiro grau são consequências do surgimento dos direitos sociais e a garantia da sua aplicação depende da intervenção direta do Estado que precisa transformar-se e passar a ser um Estado Social. (BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.86,87).

¹⁸ Algumas das declarações da ONU acerca dos direitos sociais são as seguintes: Declaração de direitos das crianças, declaração sobre a eliminação da discriminação à mulher, declaração de direitos do deficiente mental. Há uma série de documentos recentes que visam proteger direitos de outros grupos minoritários ou historicamente desprotegidos como os doentes físicos, os homossexuais e os idosos.

mentar precariamente as suas ruas significava em último caso facilitar o acesso seu e de seus vizinhos aos órgãos do poder público. A eliminação dos matagais de Capivari era também algo sempre praticado por moradores de áreas proletárias da Baixada. Para Ilda, no entanto, este trabalho, inicialmente reativo perante os estupros e assassinatos de crianças e mulheres dali, transformou-se em um dos componentes da estratégia da líder de expor o seu bairro-problema através da imprensa e mais ainda como uma forma de transformá-lo através do assentamento de novos migrantes em terrenos delimitados diretamente por Dona Ilda e suas mulheres e da destinação de algumas destas áreas ao cultivo de frutos, destacando-se dentre estes o maracujá, a banana, a acerola, o coco e algumas verduras e ao implemento de criações de pequenos animais como, galinhas, coelhos, cabritos, rãs e minhocas. A preocupação de Dona Ilda era a de não permitir que a diminuição da área ocupada pelos matagais significasse o aumento do número de desempregados em Capivari e a formação de favelas ali. O retorno ao passado agrícola mítico parecia a ela uma solução adequada para alguns dos tantos problemas permanentes de Capivari.

Uma morte inevitável?

Acostumada, por toda a vida, “a falar alto e dar porrada” em autoridades públicas, homens que espancavam suas mulheres e filhos, estupradores e assassinos de criança, Dona Ilda parece não ter adaptado o seu estilo de liderança às mutações que seu bairro experimentava com a aceleração demográfica e o surgimento do que ela mesma classificava como um novo tipo de bandido:

De uns anos pra cá tem mudado os bandidos daqui. Sempre teve muito, mas de verdade eu não dava muito por eles não. Quando a gente pegava esses matador de mulher e criança aí e dava um pau eles se cagava todo com medo de morrer mesmo e pedia pelo amor de Deus e tal. Eu não tinha medo mesmo e não tenho agora porque eu não sei o que é medo mesmo, mas eu sei que é diferente porque antes não tinha esse negócio de droga não. Eles até usava mas buscava longe e nem tinha aqui na Baixada não. Agora... agora é aqui nas nossa cara mesmo e eles usa assim livre. Antigamente não a gente nem nunca via usando. Agora vive em bando também.

Tal constatação da existência de novos bandidos obrigava Ilda a negociar:

Eu por exemplo não sou amiga nem inimiga. Eu sou contra aquele bandido que mora na área e suja a área. Eu sou contra aquele bandido que vem pras portas das escola pra viciar as criança. E sou contra aquele bandido que mexe com a comunidade. A gente não se mistura com bandido. Mas quando a gente vê que a coisa tá demais do lado deles a gente vai a eles. Há pouco tempo eles tava assaltando cabo de telefone aqui. Nós fomos a eles pra saber se era eles que tava fazendo esse tipo de coisa: ‘não, não somos nós’. Eu digo ‘você vão ver quem é que a culpa vai cair em cima de vocês. Nós va-

mos botar os homem [polícia] em cima'. Pararam. Tem uns dois mês que eles pararam com isso. Já morreu também uns seis.

Essa negociação parecia difícil porque Dona Ilda não mudava os seus princípios e possuía uma noção de territorialidade que entrava em conflito direto com o desejo dos traficantes de utilizarem-se das “pessoas inocentes” da forma como entendessem, viciando os seus filhos e utilizando parte da comunidade como funcionários do tráfico. Além de não perceber o perigo contido na disputa, Ilda insistia em entabular negociações ao seu modo e em não reconhecer os “direitos” de traficantes manterem seu comércio e atividades criminosas:

Nós não apoiamos bandido. Eles me respeita. O direito de um termina quando do outro começa. Então é o que eu falo pra eles: ‘seu direito termina quando o meu começa’ [...] então você não invade a minha área, não mexe com as pessoa inocente e pronto. E é assim que eu faço. [...] aqui quem comanda também é uma mulher. [...] a gente não dá confiança, a gente não quer se misturar. Nós estamos brigando pelas nossas crianças e pra melhorar o lugar. Inclusive a gente tá brigando sobre tudo isto, acabar com os bandidos. Também. A gente sabe que não vai conseguir, mas o que a gente pode fazer a gente tá fazendo. Porque os bandidos...enquanto eles estão na deles, não mexe com ninguém, mas o pior quando eles começa entrar na nossa área pra viciar nossas criança. A gente não aceita.

Exatamente a não aceitação da venda de drogas nas ruas próximas dos oito colégios onde as crianças de Capivari estudavam foi o que rendeu a Dona Ilda as primeiras ameaças de morte em sua longa carreira de líder comunitária. A partir da favela Vai-Quem-Quer, localizada nas cercanias do bairro de Capivari a chefe do tráfico de drogas, desta região, Merinália de Oliveira ou “Índia”, esposa de Carlos Brás Vitor Silva, ou “Fiote”- este um dos comandantes do grupo de Fernandinho Beira-Mar - ordenou a sua morte, acusando Dona Ilda de ser delatora¹⁹.

Em Capivari há também a suspeita de que o fato detonante do assassinato de Ilda foi o seu envolvimento na procura por Maria de Jesus, de 73 anos, que desapareceu no dia 28 de fevereiro de 2005 e que através da ação de Dona Ilda foi encontrada morta no dia primeiro de março em um matagal do bairro. Ilda descobriu que um dos “novos bandidos” dali devia dinheiro àquela senhora que sobrevivia vendendo bebidas em uma “barraca”. Quando a senhora cobrou a dívida, foi morta pelo bando e jogada em um dos muitos locais ermos de Capivari. Ilda soube desta história, contou-a aos policiais e a partir daí acendeu a fúria da chefe destes

¹⁹ Após sua morte a casa de Dona Ilda foi pichada com as seguintes mensagens “CV (Comando Vermelho) e VQQ (Vai-Quem-Quer), depois de morta você revelou sua cara: X-9 [informante da polícia]”

bandidos que a assassinaram no dia nove de março de 2005 às 19:30 h., quando alguns desses novos bandidos com as quais ela mantinha um diálogo áspero mas que ela acreditava que a respeitavam chegaram até o portão de sua casa, comunicaram o encontro de um cadáver no início da rua e pediram água à líder comunitária que ao virar-se para atender o pedido foi atingida por cinco tiros quatro dos quais em sua cabeça.

Seu enterro ocorreu no dia seguinte e, segundo os mesmos jornais que registraram a sua trajetória comunitária, foi bastante concorrido sendo a líder homenageada por autoridades municipais, estaduais e até por um representante do governo federal. O prefeito de Duque de Caxias decretou luto oficial de três dias no município e as investigações policiais visaram desde cedo os traficantes de Capivari e de favelas não muito distantes dali. Finalmente em abril de 2005, a chefe dos traficantes operantes nestes bairros foi presa e o caso Ilda do Prado esquecido pela imprensa e autoridades regionais.

Mas efetivamente essa morte era inevitável? A resposta a esta pergunta parece ser sim. O assassinato de líderes comunitários semelhantes à Dona Ilda é rotineiro tanto nos bairros proletários da Baixada Fluminense quanto em favelas e conjuntos habitacionais cariocas, onde estes precisaram conformar as suas ações com os desejos dos “donos” do tráfico a partir da globalização do comércio de drogas e da transformação dos locais de moradia das classes subalternas em redutos dos bandos de traficantes. O habitual nestes novos tempos é que a liderança comunitária submeta-se aos desejos de traficantes, ocorrendo os assassinatos de líderes comunitários principalmente quando eles cometem erros estratégicos como se aliarem a inimigos de traficantes momentaneamente fortes, servirem como olhos e ouvidos de policiais, recriminarem publicamente e sem justificativas o comportamento de bandidos, levarem adiante projetos comunitários sem aval do tráfico ou, no extremo, perceberem-se como detentores do controle da “comunidade”, ou seja, competirem pela liderança diretamente com os traficantes. As atitudes de Dona Ilda caracterizaram-se exatamente pelo enfrentamento direto com a cabeça do tráfico que mais se destacava nessa extensa região e que se comportava de forma semelhante aos traficantes de qualquer favela baixadense ou carioca, espelhando-se ela nas ações de Fernandinho Beira-Mar, traficante ao bando do qual Merinália de Oliveira originariamente estaria ligada através de seu marido.

Em fim, o visível não conformismo de Ilda, o seu apego ao que julgava ser uma tradição local de pouca importância do tráfico de drogas e a sua crença de possuir corpo fechado e estar acima da possibilidade de ataque direto levaram-na a subestimar a força de sua oponente

e representante de um novo tempo em que às desgraças diárias das quais ela defendia a sua “gente inocente” era preciso acrescentar o poder das armas possuídas pelos bandidos desejosos de incentivar o consumo das drogas e para os quais não existia nenhuma outra forma de lidar com a população a não ser através da violência mais explícita, inexistindo ali no Capivari e nos bairros vizinhos razões para que traficantes mantenham uma relação tolerável com as comunidades. Vencida pelo novo cenário, Dona Ilda saiu de cena da única forma possível para alguém tão radical e levando consigo um estilo de liderança comunitária provavelmente incapaz de ser reproduzido na Baixada Fluminense.

“Isso não pode continuar terra de ninguém, sem lei.”

Parece ser recorrente na literatura acerca de cidadania no Brasil²⁰ o entendimento de que neste país os direitos sociais em grande medida não foram conquistados pelos cidadãos, porém doados pelas mãos das elites. Mãos mesmas estas que também se esforçaram por manter as massas socialmente subalternas habitantes tanto das periferias das cidades quanto das áreas rurais do interior distantes da idéia de reivindicação de direitos através de mobilizações²¹. Foram as ações estatais favoráveis à extensão dos direitos sociais inspiradas, então, no perigo das reclamações populares potencialmente revolucionárias tornadas possíveis principalmente pelas grandes migrações campo-cidade que marcaram a história nacional imediatamente posterior ao início do processo de industrialização do país inaugurado com o advento da era Vargas em 1930 e acelerado ao longo da década de 1970, em plena época do “milagre econômico”, quando abundantemente os migrantes chegaram às periferias das principais cidades do sudeste brasileiro. A solidificação dos direitos sociais “doados” por Vargas ao longo dos seus governos e quase unicamente representados pelos direitos trabalhistas e previdenciários permitiu aos agentes políticos oficiais sucessivos lidarem com uma cordialidade tornada estrutural e que parece ter possibilitado a criação da tradição brasileira de tutelarem-se quaisquer ações populares, parecendo ser natural em vários momentos da nossa história recente as interferências estatais em associações populares mesmo minúsculas como as organizações de moradores de favelas cariocas, algo testemunhado hoje pelos antigos líderes comunitários de

²⁰ Aponto como obras sobre cidadania no Brasil A invenção do trabalhismo de Ângela de Castro Gomes, Os bestializados e Cidadania no Brasil: o longo Caminho, de José Murilo de Carvalho, História da cidadania, organizado por Jayme Pinsky e Carla Bassanezy Pinsky e Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira, de Wanderley Guilherme dos Santos.

²¹ Surge como exemplo de direito social doado, o início, precário, na década de 1920 do nosso sistema de previdência social. É curioso que a instituição da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários tenha se dado a partir da iniciativa dos patrões (cf. LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jayme; PINSKY, Carla Bassanezy. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 475.

favelas cariocas²², onde acordos eram firmados entre o governo do antigo Distrito Federal e as associações de moradores das diversas favelas cariocas em que todas as diretorias deveriam servir como braço estatal dentro das “comunidades”, zelando pela observância de regras moralizantes, pela manutenção da paz, pela execução de serviços informais e principalmente pela diminuição do número de barracos e pelo impedimento do surgimento de novas construções precárias, acenando o governo em contrapartida com ações pouco importantes para os favelados, porém intervencionistas como a supervisão da utilização dos recursos recolhidos pelas associações de moradores ou o comprometimento de não derrubar barracos ou remover moradores sem comunicar antes aos líderes das associações, não podendo estes intervir, entretanto, de nenhuma forma nas decisões governamentais²³. A tutela constituiu-se na forma mais branda de desmobilização popular, acima desta paira a repressão pura e simplesmente violenta experimentada por líderes favelados nos anos piores do regime de exceção inaugurado em 1964, quando a antiga idéia católica de chegar ao alto dos morros antes que de lá os comunistas descessem modificou-se devido à crença dos novos governantes de que qualquer manifestação cheirava a perigo institucional ou para o entendimento de que as organizações populares eram pontos de partida para a sovietação dos guetos populares. De início a repressão estatal restringiu-se a normatizar ainda mais o estabelecimento de associações, por exemplo, proibindo a existência de mais de uma dessas organizações por favela e transformando os líderes favelados em agentes governamentais integralmente responsáveis pela ressurreição da tradicional política remocionista. Desnecessário é dizer que não todos os líderes favelados concordaram com as suas novas e destorcidas funções e, chamados de “subversivos”, foram vários desses homens presos e mortos pela repressão política do sistema.

Apesar das décadas posteriores à segunda guerra mundial serem consideradas por Norbert Bobbio como a “era dos direitos²⁴”, não significou essa percepção de novos direitos sociais como básicos uma automática tomada de consciência da necessidade de extensão desses “direitos do Homem” para o conjunto da sociedade; quando o alvo das análises são as classes populares é bem mais difícil verificar como tais novidades jurídicas foram percebidas e ofertadas e o desrespeito aos diversos novos direitos elencados por Bobbio tornou-se regra mais evidente em momentos de crise como aqueles em que as periferias urbanas fugiram da

²² Em favelas cariocas não são poucos os líderes comunitários atuantes na década de 1960 que lembram em seus depoimentos as preocupações governamentais com a organização das associações de moradores. Cf depoimentos de antigos moradores de favelas cariocas disponível em <http://www.favelatemmemoria.com.br/> em 20 abr. 2006.

²³ LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978. p. 248,249.

²⁴ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

invisibilidade pelo aumento físico de seu tamanho, quando camponeses inseridos no mundo capitalista à força passaram a reivindicar propriedades privadas ou a manutenção das suas tradições, quando trabalhadores urbanos não se conformaram com os direitos parciais “doados” e a tutela do Estado ou mesmo quando estudantes ousaram reivindicar a possibilidade de discordar das idéias oficiais.

Mais do que revelar que a população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro percebe de forma assaz precária os seus próprios direitos, a pesquisa levada adiante em 1996 por pesquisadores do CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas) e do ISER (Institutos de Estudos da Religião)²⁵ que apontou serem os direitos sociais conhecidos por cerca de 26% da população, quando cerca de 57% da população não conhecia nenhum dos seus direitos, sendo por isso o somatório de pessoas que conheciam os seus direitos políticos e civis 17%, a vitória dos direitos sociais como percebidos pela população confirma a solidificação dos direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil. Questões relacionadas à saúde ou educação, por exemplo, não são lembradas de forma tão comumente quanto as férias ou o fundo de garantia por tempo de serviço. Longe de significar que saúde e educação não se constituem em demandas sociais, o esquecimento desses direitos revela a pouca convivência da população com a reivindicação de direitos quaisquer. A tutela estatal parece ter tido como resultados mais visíveis não exatamente a desmobilização social, a apatia, como pretendem vários analistas, porém a não percepção dos direitos diversos como coisas que devem ser reivindicadas, porém efetivados a partir da substituição do próprio Estado em atividades diversas relacionadas todas elas com a vida diária das classes subalternas.

A carreira comunitária de Dona Ilda espelha de forma exemplar essa convivência com uma cidadania partida em que mesmo na época atual, quando a liberdade de expressão é total e a manifestação de insatisfações não é algo perigoso - pelo menos quando o interlocutor é o Estado - inexistem espaços para a revolta ou para a reivindicação como maneiras de resolução dos problemas vários mais perceptíveis agora devido a democratização do Brasil em 1985. Reivindicar, como visto, foi uma estratégia acessória das ações de Dona Ilda e visava essa estratégia tão somente “fazer o Capivari existir para quem não mora aqui e que nem sabe que aqui tem gente de carne e osso”. Ao longo de toda a sua carreira, importante de fato era para esta mulher a sua luta quase solitária para organizar o espaço comunitário “abandonado pelos

²⁵ LEI, Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/ISER, 1997. P. 10-16.

governo”. Fundamental nas suas falas foi sempre a inocentização dos moradores do Capivari, vítimas do esquecimento estatal na manifestação máxima do seu assumido papel maternal facilmente interpretado como assistencialista por qualquer estudioso de fenômenos sociais. Prefiro entendê-la de forma diversa dessas convencionais porque a sua personalidade era diversa de todas as que eu já conheci e torná-la exemplo de práticas políticas tão comuns na Baixada, porém sempre componentes das estratégias de quem deseja ocupar algum cargo público através da aprovação eleitoral soa bastante fora de lugar. Em lugar disso a vida comunitária de Dona Ilda, todas as suas ações, extravagantes ou normais, se assemelham a um grito desesperado e distorcido de seres tornados invisíveis não pelas ações, mas sim pela inércia de um Estado ineficaz em sua missão de, funcionando como árbitro, finalmente tornar menos desigual o conjunto da “formação social brasileira”.

Explica a originalidade de Dona Ilda e seu grupo de mulheres exatamente o isolamento ao qual foram os habitantes desse bairro sujeitos. Desconhecidos atores surgiram nesse mundo isolado e caótico. A providência inicial de tais personagens parece ter sido sempre transformar o espaço onde a desordem era a regra. Por isso criar leis próprias nunca pareceu uma usurpação na medida em que “a terra de ninguém” era a única de propriedade desses proletários que precisavam sobreviver apesar das inundações, dos “tarados”, mosquitos, falta de casa, documentos, emprego, escola, polícia, postos de saúde, ônibus. Intimidar-se frente a alguém que comprou um terreno “há um tempão” e que agora vem reclamar a sua propriedade ou perante um secretário municipal que ameaça derrubar casas construídas de forma irregular, ou respeitar uma funcionária pública que tem a “coragem de maltratar uma grávida” parecerá - mesmo para nós que não moramos no Capivari - ilógico quando descobrimos que as leis de Dona Ilda - hábil em vender a imagem de justiceira implacável e possuidora de um corpo fechado - visavam somente inserir os seus “inocentes”, destacando-se dentre estes as crianças e mulheres, uma vez que “homem é mais violentos e sabe se defender sozinho” em um mundo menos sombrio que o vivido todos os dias por estas mulheres e crianças que precisaram antes de Dona Ilda e das suas justiceiras “andar pelas rua vigiando o mato para escapar das tocaia”.

Se a posição do brasileiro frente ao Estado revelou para José Murilo de Carvalho o que ele denominou “estadania”, sendo isso uma relação onde o cidadão se entende como tal unicamente porque visualiza o Estado como algo de sua propriedade e, portanto, destinado a produzir o seu bem estar individual e não algo coletivo e que pressupõe o cumprimento de obri-

gações também por parte do cidadão²⁶, a visão microscópica da vida de Dona Ilda e dos seus vizinhos revela-nos uma relação radicalmente diversa em que personagens ativos, apesar de invisíveis, reagem ao modelo geral não propondo algo novo, porém denunciando constantemente a marginalidade popular experimentada por aqueles que vivem nas periferias baixadenses produzindo caminhos próprios para o alcance da cidadania.

Referencias Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. 1987. **Os Bestializados**. São Paulo, Cia. das Letras. p. 42-65.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

LEI, Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/ISER, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jayme; PINSKY, Carla Bassanezy. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

Fontes orais

ALVES, Marta Mateus. **Entrevista concedida** em 03 jun. 2004.

BASTOS, Hélio Pereira. **Entrevista concedida** em 18 dez. 2004

LAMEU, Ildacilde do Prado. **Entrevistas concedidas** em 10 jan. 2004 / 18 jan. 2005 / 21 jan. 2005

RUBEM, Luiz Carlos. **Entrevista concedida** em 10 jul. 2005.

LAMEU, Pedro Pereira. **Entrevista concedida** em 18 jan. 2005.

MEDEIROS, Severino da Silva. **Entrevista concedida** em 16 jan. 2005

PEÇANHA, Álvaro de Souza. **Entrevista concedida** em 15 jan. 2005.

CARLOS FILHO, Amadeu da Silva. **Entrevista concedida** em 05 out. 2004.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. 1987. **Os Bestializados**. São Paulo, Cia. das Letras. p. 42-65.